



De Ratzinger a Bento XVI: Comunicação Religiosa, tradição e modernidade na Igreja Católica Apostólica Romana¹

Bernardo Veiga de Oliveira Alves²

Prof. Dr. Eduardo Refkalefsky³ (orientador)

Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ)

Resumo

Perfil histórico de Joseph Ratzinger, desde sua infância até a eleição para o papado da Igreja Católica Apostólica Romana. Cada fato é contextualizado com os principais acontecimentos da época, da ascensão do nazismo na Alemanha ao Concílio Vaticano II. O principal ponto de destaque é o perfil de teólogo do cardeal e papa, que, apesar de ser considerado de perfil inflexível — características associadas em geral aos alemães —, procura articular a Tradição católica com a Modernidade, bem como estabelecer as bases doutrinárias da ICAR para o diálogo com as outras religiões. Em especial, o papa Bento XVI condena o rebaixamento da liturgia a um *show* ou espetáculo que necessite não de religiosos, mas de diretores e atores.

Palavras-chave

Vaticano; ICAR; Catolicismo; Tradição.

1. Introdução

Apesar da irreferência generalizada pós-moderna, (AMARAL, *apud* OURIQUES, 2006, pag. 12) desenvolveram-se múltiplas interpretações sobre o Concílio Vaticano II (1962-65), tanto dentro quanto fora da Igreja Católica. Muitos entendem o novo papa, Bento XVI, como um ditador que pretende negar os avanços da modernização iniciados pela Igreja no Concílio.

Mas, ao contrário de uma cobertura fragmentada e estereotipada, os rumos da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) são mais complexos. A história pós-conciliar se confunde com a própria história de Joseph Ratzinger. Por isso que, para compreender a visão da ortodoxia católica e as suas interpretações, é indispensável analisar a vida e os embates doutrinários pelos quais passou o homem que viria a se tornar papa. Assim, o que muitos chamam de “intransigência da fé”, Ratzinger entende como “cooperação da verdade”. A defesa de uma verdade e o repúdio ao seu contraditório fundamentaram a defesa da fé de Roma.

¹ Trabalho apresentado ao GT Comunicação Aplicada ou Segmentada, categoria Iniciação Científica, do XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste.

² Aluno de graduação da ECO/UFRJ, pesquisador de Iniciação Científica. E-mail: bvoa@hotmail.com

³ Professor Adjunto da ECO/UFRJ, doutor em Comunicação e Cultura com a tese “Comunicação e Posicionamento da Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo do marketing religioso” (2004). E-mail: ref@ufrj.br



A sua experiência como professor acadêmico, teólogo, bispo e prefeito da Congregação da Doutrina da Fé se mostra esclarecedora em relação à pluralidade das interpretações do catolicismo. Por um lado, contra Roma, o mundo se viu dividido em dois caminhos: aqueles que exageraram na abertura do Concílio e aqueles que negaram a sua validade. Por outro, aqueles que defenderam a validade do Concílio e mantiveram a sua interpretação sem fugir dos auspícios romanos, como Ratzinger.

Contra Roma, por um desejo da modernização da doutrina e da sua adaptação aos novos tempos, exageraram os limites do Vaticano II. Para eles, a busca da renovação da ICAR devia estar submetida às novas ciências e filosofias, como à luz do marxismo, de onde virá a Teologia da Libertação. Os outros, que negaram a validade do Concílio, o fizeram, muitos deles, por considerarem o desencadear histórico das múltiplas interpretações, como uma fuga da ortodoxia católica. São chamados de tradicionalistas por defenderem a superioridade da Tradição em relação ao Vaticano II, como se entre eles houvesse um contraditório.

Para uma melhor interpretação conciliar é necessário entender a mentalidade de quem viveu e participou ativamente do Concílio e de todas as suas implicações. Aqueles que o seguiram corretamente, como se mostra o Ratzinger, e aqueles que o atacaram veemente ou procuraram distorcê-lo.

2. Da infância à Alemanha nazista

Joseph Ratzinger nasceu em 1927, na cidade de Marktl am Inn, Baviera, sul da Alemanha. A religião era um importante componente da vida em família:

a começar pela oração em comum. Rezávamos antes de cada refeição. Quando o ritmo escolar de algum modo o permitia, é claro que também íamos todos os dias à missa, e aos domingos íamos todos juntos à missa solene. Mais tarde, quando meu pai estava aposentado, também costumávamos rezar o terço; (...) de qualquer maneira, a educação religiosa estava garantida pela oração em família e pela frequência à Igreja. (RATZINGER, 1997, pag. 41)

Quando tinha nove anos, começou a despertar a sua vocação de sacerdote católico, com a influência do seu irmão, coroinha da igreja local, e pela admiração da liturgia, paramentos e ritos eclesiais. Com o passar do tempo, se interessou também por tentar compreender a sua fé de forma mais ordenada e racional: “Desde o princípio, também



me interessei racionalmente por tudo o que se dizia na religião. Fui conduzido, por assim dizer, passo a passo, no meu próprio pensamento.” (*Id., ibid.*, pag. 41 e 42)

O futuro Papa Bento XVI teve uma formação clássica na escola, o que na época era chamado de *segundo grau humanístico*. O latim era matéria obrigatória, ensinado com grande severidade e rigor. Os autores clássicos influenciaram fortemente o seu pensamento, o que o levou a defendê-los para criticar determinados regimes: “Uma retrospectiva me faz pensar que a formação pela antigüidade greco-latina criava uma atitude espiritual que se opunha às seduções da ideologia totalitária” (*Id.*, 2006a, pag 25). Logo depois, por insistência do pároco, em 1939 entra para o seminário menor de Traunstein — um internato —, para que pudesse iniciar de forma sistemática a vida eclesiástica.

A partir da entrega da função de Chanceler do *Reich* a Hitler em 1933, aos poucos toda a Alemanha foi marcada pela ideologia nazista. O regime procurou dissolver alguns vínculos entre a educação e a Igreja, como explica o cardeal: “o laço ainda existente entre a escola e a Igreja tinha de ser dissolvido, e a base espiritual da escola não devia mais ser a fé cristã, mas a ideologia do *Führer*” (*Id., ibid.*, pag. 15). Em 1938, a Faculdade Teológica de Munique – onde futuramente Joseph fará os seus estudos teológicos – foi fechada, “porque o cardeal Faulhaber tinha recusado seu consentimento para a nomeação de um professor, conhecido como adepto de Hitler, que os detentores do poder tinham indicado para a cátedra de Direito Canônico” (*Id., ibid.*, pag. 56).

Em 1941, o jovem lamentou a morte do seu primo deficiente mental pelo regime. Toda a família tentou manter-se à margem da política nacional-socialista, o que nem sempre foi possível. De início os dois irmãos conseguiram escapar de pertencer à Juventude Hitlerista:

Contudo, com a introdução, em 1941, da Juventude Hitlerista obrigatória, meu irmão tornou-se membro, de acordo com essa norma. (...) Mas, graças a Deus, tive um professor de Matemática muito compreensivo. Ele próprio era nazista, mas um homem consciencioso, que me disse: “Vai lá uma vez para resolvermos isso...”. Quando viu que eu realmente não queria ir, disse: “Entendo, eu dou um jeito nisso”, e assim pude ficar de fora [pelo menos naquele momento]. (RATZINGER, 1997, pag. 44).



A partir de 1943, próximo ao fim da guerra, todos os seminaristas de Traunstein, onde estudava Ratzinger, foram mandados para Munique para servir na defesa antiaérea.

Houve um grande número de ataques, e soubemos, realmente, o que é a guerra. (...) [Depois] Finalmente, fui parar na infantaria. (...) Na seção de pessoal havia um oficial muito simpático, manifestamente antinazista, que ainda tentava ajudar a todos como podia. A mim enviou-me para casa. (...) Lá fui feito prisioneiro de guerra e depois enviado a Ulm, a um campo americano para prisioneiros de guerra com 40.000 a 50.000 prisioneiros. Em 19 de junho de 1945 fui libertado. (*Id., ibid.*, pag. 48).

3. Formação acadêmica

Após a guerra o jovem Joseph procurou restabelecer o contato com o seminário.

Estávamos todos unidos pela profunda gratidão de termos podido voltar para casa, saindo de um abismo de anos pesados. Essa gratidão criava uma vontade que a todos dominava, de recuperar finalmente o que fora perdido e de servir a Cristo em sua Igreja, para um tempo novo e melhor, para uma Alemanha melhor, para um mundo melhor. Ninguém duvidava: *a Igreja era o lugar das nossas esperanças*. Apesar de não poucas fraquezas humanas, ela tinha sido o pólo oposto à ideologia destrutiva dos potentados marrons (os nazistas). (...) Sabíamos agora, por experiência própria, o que significava: — ‘As portas do inferno’ —, e podíamos ver com os próprios olhos que a casa sobre a rocha permanecia firme (RATZINGER, 2006a, pag. 48, *grifos nossos*).

Com a retomada dos estudos, os seminaristas não procuravam apenas teologia, propriamente, mas desejavam também escutar a humanidade de hoje.

Os romances de Gertrud Von Le Fort, Elisabeth Langgässer e Ernst Wiechert eram devorados; Dostoievski era um dos autores que todos liam, como grandes franceses: Claudel, Bernanos, Mauriac. Acreditava-se que com as reviravoltas causadas por Planck, Heisenberg e Einstein, as ciências estavam no caminho de volta para Deus. (*Id., ibid.*, pag. 49).

Além disso,

nos âmbitos teológico e filosófico, os autores cujas vozes nos atingiam mais diretamente eram Romano Guardini, Joseph Pieper, Theodor Hacker e Peter Wust. (...) Li os dois volumes da fundamentação filosófica da teologia moral, de Steinbüchel, que acabava de aparecer em uma nova edição, e encontrei neles, sobretudo, uma introdução ao pensamento de Heidegger e Jaspers, bem como as filosofias de Nietzsche, Klages e Bergson. (...) Um encontro com o personalismo, que depois vimos realizado, com força nova e convincente, no grande pensador judeu Martin Buber, foi um evento que marcou profundamente meu caminho espiritual, e liguei, espontaneamente, esse personalismo ao pensamento de Agostinho que, em suas confissões, veio-me ao encontro com toda a sua paixão e profundidade humanas (*Id., ibid.*, pags. 49-51).



Em relação ao pensamento tomista as suas primeiras relações foram de uma aversão:

Penetrar o pensamento de Tomás de Aquino, porém, foi para mim um pouco difícil. Sua lógica cristalina me parecia por demais fechada dentro de si mesma, e impessoal e acabada demais. Isso, talvez, em consequência do filósofo de nosso curso superior, Arnold Wilmsen, nos ter apresentado um tomismo rígido, neo-escolástico. (...) Seu entusiasmo e sua profunda convicção impressionavam mas agora ele não parecia mais alguém que procurava, e sim alguém que defendia apaixonadamente, contra qualquer questionamento, o que tinha encontrado. Nós, porém, como jovens, não deixávamos de ser questionadores. (*Id., ibid.*, pag. 51).

Há uma preferência pelo pensamento agostiniano: “Também me interessou muito, desde o início, Santo Agostinho, como contrapeso, por assim dizer, de São Tomás de Aquino” (*Id.*, 1997, pag. 50).

A escolástica tem a sua grandeza, mas é tudo muito impessoal. Precisa-se de algum tempo até compreender e reconhecer a sua tensão interior. Em Santo Agostinho, pelo contrário, o homem apaixonado, que sofre, que interroga, está sempre presente, e cada pessoa pode identificar-se com ele (*Id., ibid.*, pag. 50).

Pois,

poucos santos se mostram tão próximos de nós como Santo Agostinho, apesar dos séculos de distância. Nas suas obras, podemos encontrar todos os cumes e profundidades do humano, todas as perguntas, pesquisas e indagações que ainda hoje nos comovem. Não sem razão *Agostinho foi chamado o primeiro homem moderno* (NAUMANN, *apud* BLANCO, 2005, pag. 28, *grifos nossos*).

Isso talvez se justifique pela adesão a algumas idéias platônicas: “Sou em certa medida, seguidor das idéias de Platão. Penso que há uma espécie de memória de Deus, como que gravada no Homem, a qual, no entanto, tem de ser despertada.” (RATZINGER, 1997, pag. 35). Depois de dois anos, em 1947, com 20 anos, uma vez finalizado os estudos filosóficos, o seminarista Joseph inicia os três anos associado à Universidade de Munique. Entre os professores ele destaca:

‘indiscutivelmente, a *estrela* da Faculdade era Friedrich Wilhelm Maier, professor de exegese do Novo testamento’, que tivera alguns problemas com Roma por causa do liberalismo das duas interpretações da Escritura. ‘Mas à distância de quase cinquenta anos, posso ver também o que havia nele de positivo. *As formas abertas e sem idéias preconcebidas, baseadas no método histórico-liberal, criavam uma nova proximidade com as Sagradas Escrituras e descobriam dimensões do texto que não se percebiam imediatamente numa leitura excessivamente cristalizada em torno do dogma.* A Bíblia falava-nos com um novo frescor. E o que era arbitrariedade no método liberal e trivializava a Bíblia (pense-se em Harnack e na sua escola), era corrigido através da obediência ao dogma. Com efeito, *o equilíbrio entre liberalismo e dogma tem a*



sua fecundidade específica. Eis por que, durante os seis semestres dos meus estudos teológicos, assisti com grande atenção às aulas de Maier, fazendo-as depois objeto de uma reelaboração pessoal (BLANCO, 2005, pags. 38 e 39, *grifos nossos*).

Além disso, o professor Michel Schmaus, um sacerdote arquidiocesano, também acabou influenciando o pensamento do seminarista: “Despedindo-se do esquema neo-escolástico, ele formulara uma viva apresentação da doutrina católica, nascida do espírito do movimento litúrgico e do novo interesse pela Bíblia e pelos Santos Padres” (RAZTZINGER, 2006a, pag. 57).

Ao mesmo tempo em que crescia o seu interesse pela teologia dogmática, também aumentava a sua paixão pela liturgia.

Pelas palestras de Pascher e pela maneira respeitosa como ele nos ensinava a celebrar a liturgia, partindo do que é a sua essência, tornei-me um adepto do movimento litúrgico. Assim como *aprendi a entender o Novo Testamento como a alma de toda teologia, entendi a liturgia como sua terra de plantio, sem a qual ela só pode murchar* (*Id., ibid., pag. 65, grifos nossos*).

O próprio cardeal admite que, para a sua formação, as aulas de Söhngen foram muito importantes.

[Ele pertencia] àquela corrente dinâmica do tomismo que herdara do aquinato a paixão pela verdade e a decisão de indagar a origem e o fim de toda a realidade, mas colocando isso conscientemente no contexto dos questionamentos filosóficos atuais. Husserl, com sua fenomenologia, havia reaberto uma brecha para a metafísica, mas outros abriram a porta toda, embora cada um à sua maneira. Heidegger interrogava sobre o ‘ser’; Scheler, sobre os ‘valores’; Nikolai Hartmann tentava desenvolver uma metafísica em espírito rigorosamente aristotélica. (...) Era característica de Söhngen, sobretudo, partir sempre das próprias fontes, a começar por Aristóteles e Platão, passando por Clemente de Alexandria e Agostinho, Anselmo, Boaventura e Tomás até Lutero e finalmente, os teólogos de Tubinga do século XIX. Também Pascal e Newton estavam entre seus autores prediletos (*Id., ibid., pags. 63 e 64*).

Para resumir a maneira de fazer teologia da faculdade, um caso memorável foi acerca da declaração do dogma, em 1950, da assunção corporal de Maria ao céu. Antes da proclamação do dogma, pediu-se a opinião das faculdades de teologia do mundo inteiro. E a resposta dos professores de Munique foi negativa, por uma questão da interpretação da “tradição”, que, segundo eles, só poderia ser provada com o rigor dos textos.



Tal argumento convence quando a tradição é entendida rigorosamente como transmissão de conteúdos e textos fixos. Foi essa a opinião que nossos professores representavam. Mas quando a tradição é entendida como o processo vital pelo qual o Espírito Santo nos introduz em toda a verdade e nos ensina a entender o que antes ainda não éramos capazes de compreender (cf. Jo 16,12s), então o ‘recordar-se’ posterior (cf. Jo 16,4) pode reconhecer o que antes não tinha ficado perceptível, mas já estivera entregue na palavra original (*Id., ibid.*, pag. 67).

Sobre a questão, o evangélico Edmund Schlink, professor de teologia Sistemática em Heidelberg, perguntou pessoalmente ao professor Söhngen, que era fervorosamente contra a possibilidade do dogma: “Mas o que fará o senhor se o dogma sair assim mesmo? O senhor, então, não deveria se afastar da Igreja Católica?”. Depois de um momento de reflexão, Söhngen respondeu: ‘Se o dogma sair, eu me lembrarei de que a Igreja é mais sábia do que eu e hei de confiar mais nela do que na minha própria erudição’” (*Id., ibid.*, pags. 67 e 68). O vínculo da faculdade de Munique com o papado era muito forte.

4. O agostinianismo de São Boaventura

A tese de doutorado do futuro papa foi sobre a teologia da história de São Boaventura. Como o seu orientador sabia que ele tinha mais afinidades com Agostinho do que com Tomás de Aquino, orientou-o para os estudos de Boaventura, um agostiniano. Segue-se o relato do estudo, nas palavras do cardeal:

Trata-se de duas grandes questões. Uma poderia formular-se assim: se a fé cristã está ligada a uma revelação que se completou há muito, não está então condenada a se manter voltada para trás e a prender o Homem a um tempo passado? *Pode então a fé acompanhar a evolução da História, e tem ainda alguma coisa a dizer?* Não deve envelhecer pouco a pouco e acabar por ser completamente irrealista? São Boaventura respondeu, ao salientar fortemente a relação entre Cristo e o Espírito Santo segundo o Evangelho de S. João: *a palavra histórica da revelação é definida, mas é inesgotável e revela sempre novas profundidades.* Assim, o Espírito Santo fala como intérprete de Cristo, com a Sua palavra, em todas as épocas e mostra que essa palavra tem sempre algo de novo a dizer. Espírito Santo não é, como em Joaquim de Fiore, extrapolado para um período futuro, mas estamos sempre, continuamente, na época do Espírito. A época de Cristo é a época do Espírito Santo.

A segunda questão que se põe, nesse contexto, é a da escatologia e da utopia. É difícil para o Homem ter somente esperança no além ou num mundo novo depois do fim do atual. *Ele quer uma promessa na História.* Joaquim de Fiori, que formulou concretamente tal promessa, preparou o caminho para Hegel, como mostrou o Padre de Lubac. Hegel, por sua vez, preparou o esquema de pensamento que iria servir a Marx. São Boaventura opôs-se à utopia que engana o Homem. Ao conceito entusiasta e espiritual-anárquico do movimento



franciscano, contrapôs um conceito objetivo e realista, o que muitos levaram e ainda levam a mal. Mas ele viu a resposta à questão da utopia precisamente em tais comunidades, não utópicas, mas motivadas pela paixão da fé; *não trabalharam para um mundo do depois de amanhã, mas para que ainda hoje haja alguma luz do paraíso neste mundo*. Agora vivem ‘utopicamente’, tão bem quanto possível, renunciando à propriedade, à livre disposição de si mesmos, ao eros e às suas realizações. Assim, o mundo recebe um novo entusiasmo, seus constrangimentos são rompidos, e Deus torna-se muito próximo no meio deste mundo (RATZINGER, 1997, pags. 51 e 52, *grifos nossos*).

O doutorado foi um fator de grande aprofundamento nos estudos de Boaventura e na sua relação com a patrística, sobretudo com Agostinho. Em 1959, aos 32 anos, assumiu a cátedra de Teologia Fundamental na Universidade de Bonn, onde lecionaria essa matéria durante 10 anos. Em Bonn manteve contatos com diferentes visões teológicas. Desde aluno e nas pesquisas como professor, desenvolveu uma visão teológica ligada à Igreja, pois a tomava como ponto de partida:

Parti do tema da Igreja, que está presente em tudo. Nesse contexto, foi importante, e tornou-se cada vez mais importante para mim, que *a Igreja não é um fim em si mesmo, mas existe para que Deus seja visto*. Trato o tema da Igreja de modo que se abra uma perspectiva para Deus. E, nesse sentido, *Deus é a temática central dos meus esforços*.

Nunca procurei construir um sistema próprio, uma teologia especial. O que é específico é que, por assim dizer, eu queira simplesmente pensar com a fé da Igreja, e isso significa, sobretudo, *pensar com os grandes pensadores da fé*. Não é uma teologia isolada, tirada de mim mesmo, mas sim uma teologia que se abre, tanto quanto possível, dentro do caminho comum do pensamento da fé. Por essa razão, *a exegese foi sempre muito importante para mim*. Não poderia conceber uma teologia puramente filosófica. O ponto de partida é, primeiro, a Palavra. Que acreditemos na palavra de Deus, que procuremos conhecê-la realmente e compreendê-la, e que pensemos com grandes mestres da fé. A partir daí, minha teologia está um pouco marcada pela Bíblia e pelos Padres da Igreja, sobretudo por Santo Agostinho. Mas procuro, naturalmente, não me deter na Igreja antiga, mas *ter presente os grandes cimos da fé e também integrar o pensamento contemporâneo no diálogo*. (Id., 1997, pág. 54, g.n.)

Até então sacerdote, com 35 anos, Ratzinger participou do Concílio Vaticano II, que se iniciou com o papa João XXIII em dezembro de 1962. Para um teólogo jovem, o seu papel foi importante no concílio, como teólogo oficial.

O cardeal Frings levou consigo para Roma seu secretário Luthe e a mim como seu consultor teológico; ele conseguiu também que eu, pelo fim do primeiro período de sessões, fosse nomeado teólogo oficial (*peritus*) do Concílio. (Id., *ibid.*, pag. 98)



5. Pastor intransigente

Em 1977, o sacerdote Joseph foi convidado a ser Bispo de Munique. Surpreso, mesmo inclinado mais para a pesquisa teológica do que para uma atividade propriamente pastoral, acabou aceitando o convite com o lema episcopal de “cooperador da Verdade”. Sobre a sua condição e nova experiência pastoral, comenta:

[A Igreja] tem de denunciar os vícios e os perigos de uma época; *tem de interpelar a consciência dos poderosos, mas também dos intelectuais e daqueles que vivem, de coração estreito e confortavelmente, ignorando as necessidades da época* etc. Como bispo, senti-me obrigado a cumprir essa missão. Além disso, os déficits eram flagrantes: *desânimo da fé, diminuição das vocações, queda do nível moral, sobretudo entre pessoas da Igreja, tendência crescente da violência e muitas outras questões*. Lembro-me sempre das palavras da Bíblia e dos Padres da Igreja, que condenam, com grande severidade, os pastores que são como cães mudos e que, para evitar conflitos, deixam que o veneno se espalhe. A tranquilidade não é a primeira obrigação de um cidadão, e um bispo que só estivesse interessado em não ter aborrecimentos e em camuflar, se possível, todos os conflitos, é para mim uma idéia horrível. (Id., 1997, pag. 67, g.n.)

Depois da eleição em 1978 do papa João Paulo II, Ratzinger será chamado para colaborar com o novo papa, em 1981, como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Um conhecido biógrafo de João Paulo II comenta a decisão papal:

Ao designar Prefeito da Congregação um homem da sua estatura intelectual, e não um veterano da Cúria, o Papa manifestava o seu desejo de conseguir uma verdadeira renovação da teologia segundo as idéias do Concílio. *A nomeação de Ratzinger constituía um sinal de que o Papa queria que a Congregação mantivesse uma relação direta e atual com a comunidade teológica internacional*. (WEIGEL, *apud* BLANCO, 2006, pag. 106, g.n.)

Portanto, o papa João Paulo II desejava uma pessoa que defendesse a fé dentro de uma intransigência pastoral, na doutrina da fé católica, o que lhe daria a fama de grão-inquisidor ou de *Panzerkardinal* (“cardeal blindado”) – algumas vezes atribuída pela sua nacionalidade alemã, geralmente relacionada com a inflexibilidade e obstinação de um pensamento, como comenta:

Conhecem-se as idéias de como os alemães são. Nessa medida, atribuem-se muitas vezes à obstinação alemã decisões que causam desagrado. Fanatismo de princípios, falta de flexibilidade, tudo isso é considerado uma expressão do ser alemão. Quando o termo *Panzerkardinal* (“cardeal blindado”) foi cunhado, certamente a ele também estava associada uma alusão ao ser alemão. Por outro lado, nunca ninguém me tratou com hostilidade ou exagerou o fato de eu ser alemão, pelo menos diante de mim. Também se deram conta, em toda a parte,



de que não faço política privada, mas que me situo num todo; o que faço não é a expressão do meu caráter alemão, mas resulta do conjunto dos serviços e dos ofícios que existem na Cúria. (RATZINGER, 1997, pags. 68 e 69)

6. Papa Bento XVI

Depois da morte do papa João Paulo II em 2005, o cardeal Ratzinger é eleito papa, assumindo o nome de Bento XVI. Pablo Blanco descreve as disposições do cardeal:

Até então, Joseph Ratzinger vinha-se considerando um “burro de carga”, obrigado, contra as suas inclinações naturais, a realizar em Roma um trabalho muito distante do de um tranqüilo e amável professor de teologia. O cargo de Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé parecia-lhe “o mais espinhoso que já tinha ocupado”, e *pedira diversas vezes a João Paulo II que aceitasse a sua demissão* (o pedido, como é evidente, não fora aceito). (BLANCO, 2005, pag. 141, g.n.)

Antes do conclave disse:

É responsabilidade especial nossa, neste momento, ser maduros, crer como creem os adultos. Não é adulta uma fé que segue as ondas da moda e a última novidade. Não, com efeito; *ser adulto é a amar a verdade e defendê-la*. (NOONAN, *apud* BLANCO, pag. 146, g.n.)

Para Ratzinger não é possível a igualdade entre as religiões, uma vez que defendem ideais diferentes:

É que [as religiões] não são iguais. Há graus diferentes, e *há religiões manifestamente doentes, que também podem ser destrutivas para o Homem*.

A crítica marxista da religião tem razão na medida em que há religiões e práticas religiosas que são alienantes para o Homem. Lembremo-nos, por exemplo, de que na África a crença nos espíritos ainda continua a ser um grande obstáculo para o desenvolvimento da terra e para a construção de uma estrutura econômica moderna. Se preciso me proteger dos espíritos por todos os lados, e se um medo irracional determina todo o meu sentimento da vida, então o que deveria ser religião certamente não é vivido como deve ser, no mais profundo de mim mesmo. E, assim, também podemos verificar que no cosmos religioso indiano (...) existem formas muito diferentes; algumas muito elevadas, puras, marcadas pela idéia do amor, mas também algumas formas muito cruéis, das quais fazem parte ritos homicidas.

Sabemos que os sacrifícios humanos marcam de forma horrível uma parte da história das religiões; sabemos que a religião política se transformou num instrumento de destruição e de opressão; *conhecemos patologias na própria religião cristã. A queima das bruxas é a retomada de um costume germânico que tinha sido superado com dificuldade com a evangelização na Alta Idade Média e que, depois, na Baixa Idade Média, voltou a surgir com o enfraquecimento da fé*. Resumindo, os deuses não são todos iguais, há figuras divinas muito negativas, quer pensemos no cosmos religioso grego, quer, por



exemplo, no indiano. *A idéia de uma igualdade das religiões fracassa, muito simplesmente, perante os fatos da história das religiões.* (RATZINGER, 1997, pags. 20 e 21, g.n.)

Sobre o diálogo inter-religioso se posiciona:

A paridade, que é um pressuposto do diálogo, refere-se à igual dignidade pessoal das partes, não aos conteúdos doutrinários e muito menos a Jesus Cristo – que é o próprio Deus feito Homem – em relação com os fundadores das outras religiões. *A Igreja, com efeito, movida pela caridade e pelo respeito da liberdade, deve empenhar-se, antes de mais nada, em anunciar a todos os homens a verdade, definitivamente revelada pelo Senhor, e em proclamar a necessidade da conversão a Jesus Cristo e da adesão à Igreja através do Batismo e dos outros sacramentos, para participar de modo pleno na comunhão com Deus Pai, Filho e Espírito Santo.* Aliás, a certeza da vontade, o dever e a urgência do anúncio da salvação e da conversão ao Senhor Jesus Cristo. (Id., 2005a, pag. 43, g.n.)

Além de negar a igualdade entre as religiões, afirma a plenitude da verdade na Igreja Católica com a co-existência de bons elementos de santificação e verdade nas outras religiões:

O Concílio Vaticano II quis harmonizar duas afirmações doutrinárias: por um lado, a de que a Igreja de Cristo, não obstante as divisões dos cristãos, continua a existir plenamente só na Igreja Católica e, por outro, a de que “existem numerosos elementos de santificação e de verdade fora da sua composição” (Concílio Vaticano II), isto é, nas Igrejas e comunidades eclesiais que ainda não vivem em plena comunhão com a Igreja Católica. Acerca destas, porém, deve afirmar-se que “*o seu valor deriva da mesma plenitude da graça e da verdade que foi confiada à Igreja Católica*”. (Ibid.). (Id., *ibid.*, pags. 30 e 31, g.n.)

7. A liturgia após o Concílio Vaticano II

Alguns tradicionalistas são contra as mudanças litúrgicas assumidas pelo Concílio, como por exemplo a celebração da missa pela língua local. Afirmam que tal postura contraria a Tradição da Igreja, da histórica celebração em latim. A respeito disso Ratzinger se posiciona:

A abertura da liturgia às línguas populares era fundada e justificada: também o Concílio de Trento tinha-a presente, pelo menos a nível de possibilidade. Seria, pois, falso dizer, como certos integristas, que a criação de novos cânones para a Missa contradiz a Tradição da Igreja. (MESSORI, 1985, pag. 90)

A sua visão litúrgica nega o exagero provindo de interpretações distorcidas do Concílio:

Devemos nos opor, mais decididamente do que tem sido feito até agora, ao nivelamento racionalista, aos discursos aproximativos, ao infantilismo pastoral, que degradam a liturgia católica à categoria de uma associação de aldeia e que



querem rebaixar a liturgia católica ao nível de revista em quadrinhos. Mesmo as reformas já efetuadas, especialmente no que diz respeito ao ritual, devem ser reexaminadas sob este ponto de vista. (Id., ibid., pag. 90, g.n.)

Assim, a sua definição de liturgia vai contra a idéia de um *show*, de uma constante criatividade, mas, sim, de uma repetição solene. Uma crítica a alguns grupos que exageraram na modernização litúrgica, considerados como “carismáticos radicais”:

“Por anos a fio”, recorda ele, “os fiéis, preparando-se para participar de um rito, da própria missa, perguntavam-se de que maneira, naquele dia, se desencadearia a ‘criatividade’ do celebrante”. E acrescenta: O que se opunha, aliás, à advertência severa e solene do Concílio: ‘Que nenhum outro (*fora da Santa Sé e da hierarquia episcopal*, n.d.r.), que ninguém mesmo sacerdote, ouse, por sua própria iniciativa, acrescentar, eliminar ou suprimir qualquer coisa em matéria litúrgica”. (*Sacrosanctum Concilium*, n. 22)

Acrescenta: “*A liturgia não é um show, um espetáculo que necessite de diretores geniais e de atores de talento. A liturgia não vive de surpresas ‘simpáticas’, invenções ‘cativantes’, mas de repetições solenes. Não deve exprimir a atualidade e o seu efêmero, mas o mistério do Sagrado. (...) Na liturgia age uma força, um poder que nem mesmo a Igreja inteira pode atribuir-se: o que nela se manifesta é o absolutamente Outro que através da comunidade (que não é, portanto, dona, mas serve, mero instrumento), chega até nós*”. (*Id., ibid.*, pag. 94, g.n.)

Para Ratzinger, nenhuma mudança é salutar, se vier a distorcer o sentido da liturgia. É através do rito que se transmite a Santidade divina. O que propriamente define a sua visão litúrgica: a apresentação constante dentro de uma forma solene. Mas o que entende por solenidade não deve ser entendido como algo pomposo em si mesmo, como um “triumfalismo”, como diz:

Não é triunfalismo, de forma alguma, a solenidade do culto com que a Igreja exprime a beleza de Deus, a alegria da fé, a vitória da verdade e da luz sobre o erro e as trevas. A riqueza litúrgica não é riqueza de uma casta sacerdotal; é a riqueza de todos, também dos pobres, que, com efeito, a desejam e não se escandalizam absolutamente com ela. Toda a história da piedade popular mostra que mesmo os mais desprovidos sempre estiveram dispostos instintivamente e espontaneamente a privar-se até mesmo do necessário, a fim de honrar, com beleza, sem nenhuma avareza, ao seu Senhor e Deus. (*Id., ibid.*, pags. 97 e 98)

Segundo ele, o Vaticano II não deve ser negado, pois a modernização da liturgia deve ocorrer da mesma forma que ocorre o aprimoramento do conhecimento mais profundo da fé, dentro da Tradição. Assim, tanto o passado imutável deve ser repudiado, quanto a modernização fora da repetição solene:

Esquece-se que *a Igreja é viva, que sua liturgia não pode ser petrificada naquilo que se fazia na cidade de Roma antes da Idade Média*. Na realidade, a Igreja medieval, ou mesmo, em certos casos, a Igreja barroca, realizou um aprofundamento litúrgico que é necessário avaliar com atenção, antes de eliminá-lo. Também aqui devemos respeitar a lei católica do que sempre melhor e mais profundo conhecimento do patrimônio que nos foi confiado. *O puro arcaísmo não serve, assim como não serve a mera modernização*". (*Id., ibid.,* pags. 98 e 99, *g.n.*)

8. Islamismo e o diálogo

Para o cardeal Ratzinger há uma verdadeira dificuldade para o diálogo entre cristãos e islâmicos. Uma das dificuldades é a falta de unidade do credo:

Julgo que é preciso saber que o Islã não é um todo unitário. Não tem uma instância unitária, por isso o dialogo com o Islã é sempre um diálogo com determinados grupos. Ninguém pode falar em nome do Islã no seu todo, ele não tem, por assim dizer, uma ortodoxia regulada em comum. E também se apresenta, excetuando as divisões entre sunitas e xiitas, em variantes diferentes. Há um Islã “nobre”, representado, por exemplo, pelo rei do Marrocos, e há o Islã extremista, terrorista, que não pode ser identificado com o Islã em geral; seria injusto. (RATZINGER, 1997, pag. 193)

Outra dificuldade consiste nas diferentes visões de mundo:

Há no Islã uma totalidade da organização de vida completamente diferente, envolve tudo, e a sua organização de vida é diferente da nossa. Há uma subordinação muito clara da mulher ao homem, existe uma ordem muito rígida do direito penal e de toda a vida, contrária às nossas concepções modernas de sociedade. É preciso ter presente que não se trata simplesmente de uma confissão que também se possa inserir no espaço liberal da comunidade pluralista. Quando é apresentado dessa maneira, como hoje às vezes acontece, o Islã torna-se uma declinação de um modelo cristão e deixa de ser visto como realmente é. A questão do diálogo com o Islã é, portanto, muito mais complicada do que um diálogo no interior do cristianismo. (*Id, ibid,* pags. 193 e 194)

Mas, apesar da dificuldade do diálogo, já como papa Bento XVI, disse na XX Jornada mundial da Juventude diante do encontro com os muçumanos, sobre o que há de comum nas duas religiões e a possibilidade de esquecer as guerras do passado:

A esse propósito, é sempre oportuno aquilo que os padres do Concílio Vaticano II disseram acerca das relações com os muçumanos: “A Igreja olha também com estima para os muçumanos, que adoram o Deus único, vivo e subsistente, misericordioso e todo-poderoso, criador do céu e da terra, que falou aos homens e a cujos desígnios ocultos eles procuram com toda a alma submeter-se, assim como a Deus se submeteu Abraão, cujo nome a fé islâmica com agrado pronuncia... Embora ao longo dos séculos não poucas dissensões e inimizades



tenham surgido entre cristãos e os muçumanos, o Santo Concílio exorta todos a que esquecendo o passado, pratiquem sinceramente a mútua compreensão, defendam e promovam em comum a justiça social, os bens morais, a paz e a liberdade para todos os homens” (Declaração *Nostra aetate*, n.3). Estas palavras do Concílio Ecumênico Vaticano II permanecem para nós a “Magna Carta” do diálogo com vocês, caros amigos muçumanos, e estou feliz por terem falado conosco com o mesmo espírito, confirmando estas intenções. (*Id*, 2005b, págs. 77 e 78)

E, sobre as manifestações de terrorismo, assim se posiciona no mesmo discurso:

Graças a Deus, concordamos sobre o fato de que o terrorismo, de qualquer matriz que seja, constitui uma escolha perversa e cruel, que viola o sacrossanto direito à vida e despreza os próprios fundamentos de toda a convivência civil. Se juntos conseguimos extirpar dos corações o sentimento de rancor, contrastando qualquer forma de intolerância e opondo-nos a toda manifestação de violência, também juntos seremos capazes de deter a onda de fanatismo cruel que põe em perigo a vida de numerosas pessoas, impedindo o progresso da paz no mundo. A tarefa é árdua, mas não é impossível. Não obstante a sua própria fragilidade, o crente – e todos nós, como cristãos e muçumanos, somos crentes –, sabe que pode contar com o vigor espiritual da oração. (*Id, ibid*, pag. 76).

9. Conclusão

Ao contrário de uma visão maniqueísta e simplista sobre a ICAR, o conservadorismo de Bento XVI se justifica na Tradição do legado das sucessões apostólicas. O principal defensor dessa sucessão é aquele que a representa em grau máximo, o papa. O pensamento e a história de Joseph Ratzinger o ajudaram para a escolha do papado, justamente pela sua construção e desenvolvimento teológico. Pode-se dizer que no tempo pós-conciliar a preocupação da ICAR está muito mais para a intransigência da fé, por causa da pluralidade de interpretações fora da ortodoxia, do que para uma abertura pastoral, que venha a prejudicar a sua doutrina. A escolha de um teólogo legitima a importância das pesquisas nesse campo, o que ajuda para validar a doutrina, e mostra a preocupação da Igreja com a teologia. Isso demonstra uma inclinação mais para “o quê” do que para um “como”, mais para o conteúdo do que com a forma.

A mudança das partes essenciais da doutrina da ICAR passa pela negação dela mesma, uma vez que a própria estrutura de fidelidade à Tradição, sobretudo pela classificação de apostólica, impede a sua submissão a novos credos ou a uma nova doutrina. Por isso que fielmente à Tradição, a negação da fé de Roma, para um católico, é o mesmo que a negação de Cristo. E, o papa, como baluarte da Tradição, continuará afirmando, sem cessar, as infinitudes de contraditórios com as outras religiões. Mas isso não impedirá o



diálogo, como a busca de um conhecimento mútuo, que procura diminuir os preconceitos, provindos da ignorância; o diálogo não é nesse caso, entendido como a união da diferença, mas o comum conhecimento da diferença.

Os aspectos litúrgicos, pós-conciliares, deverão ser mantidos dentro do que a Tradição entende por uma solene repetição. Quanto à língua, tanto as línguas locais quanto o latim serão admitidas. A liturgia deve abandonar o seu caráter de *show* e deverá buscar revelar a Santidade divina. A inclinação pessoal do papa aos textos agostinianos e de São Boaventura, ao contrário à histórica adesão eclesial ao pensamento tomista, (Prefácio de D. Odilão Moura, AQUINO, 1002, pags. 9-16) não é suficiente para alterar a doutrina. O seu gosto consiste na forma da expressão de ambas as doutrinas, pois lhe parece que a escolástica é mais “impessoal” e o agostianismo mais vivo, mais “moderno”.

A ICAR, portanto, procurará manter a dualidade modernizadora-conservadora. Tentará ao máximo estabelecer os princípios pastorais do Vaticano II, sem fugir da tradição doutrinária.

Referências bibliográficas

- AQUINO, Tomás de. *Exposição sobre o Credo*. São Paulo: Loyola. 5ª ed. 2002.
BLANCO, Pablo. *Joseph Ratzinger, uma biografia*. São Paulo: Quadrante, 2005.
LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. São Paulo: Paulinas. 14ª ed. 2004.
MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia*. Rio de Janeiro: JZE. 2ª ed. 2000.
MESSORI, Vittorio. *A fé em crise?*. São Paulo: EPU, 1985.
PAULO VI. *Dei Verbum*. São Paulo: Paulinas. 9ªed. 2004.
OURIQUES, Evandro Vieira. *O Restabelecimento da Confiança como a Base Sistêmica da Responsabilidade Socioambiental*. Artigo Publicado Nos Anais do III Congresso Nacional de Excelência em Gestão-Latec/UFF, 2006.
RATZINGER, Joseph. *Lembranças da minha vida*. São Paulo: Paulinas, 2006a.
_____. *Introdução ao Cristianismo*. São Paulo: Loyola. 2ª ed., 2006b.
_____. *Dominus Iesus*. São Paulo: Paulinas. 6ª ed., 2005a.
_____. *A Revolução de Deus*. São Paulo: Paulinas. 2005b.
_____. *O Sal da Terra*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

Sites

- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ratzinger>, acessado em 08/02/2007, às 15h14min.
http://en.wikipedia.org/wiki/Pope_Benedict_XVI, acessado em 08/02/2007, às 15h20min.
<http://www.veritatis.com.br/article/3240>, acessado em 09/02/2007, às 11h02min.
http://carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/grandes_entrev/boff.asp, acessado em 11/02/2007, às 12h36min.
http://carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/grandes_entrev/boff2.asp, acessado em 11/02/2007, às 14h41min.